



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO DE CEILÂNDIA

PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO-ESTRATÉGICO

Proposta Pedagógica
CEF 25 de Ceilândia

(2020 – 2023)

Ceilândia, janeiro de 2020.

Isnã dos Santos Ambrósio
Presidente (Diretor)

Marilda Cândida Serafim da Silva
Vice-presidente (Vice-diretor)

Giuliano Rodrigues Santos
Relator – secretário (Supervisor pedagógico)

Eduardo França Melo
Relator – secretário (Supervisor pedagógica)

Tatiana Trindade Gomes Nascimento
Relator – secretário (Supervisor pedagógica)

Comissão Organizadora:

Nome	Representante
Anderson G. de Andrade	Carreira magistério
Marcos Antonio G. Morais	Carreira magistério
Francisray Moraes Brandão	Carreira magistério
Monica Bueno Lima	Carreira magistério
Rafael Oliveira da Silva	Carreira magistério
Karine Santos Sousa	Carreira assistência
Cleber Rodrigues de Lima	Carreira assistência
Maria Isilda Martins	Pais

CONSELHO ESCOLAR:

VALÉRIA PEREIRA LUZ

JANCILENE MONTEIRO DOS SANTOS

MANOEL CARVALHO VIEIRA LIMA

MARIA ISILDA MARTINS

FRANCISCO GONÇALVES S. SANTIAGO

ALCIONE VENÂNCIO DOS SANTOS

MANOEL FRANCISCO C. NASCIMENTO

JULIO CESAR LIMA RODRIGUES

JOÃO PEDRO ARNOLD DA SILVA

KARINE SANTOS SOUSA

ELISABETH SANTOS SILVA

ALINE PEREIRA SANTOS CLARO

SUMÁRIO

Apresentação	04
I.Perfil Institucional.....	05
1.Missão.....	05
2.Breve Histórico.....	05
3.Diagnóstico da Realidade	07
* Perfil do Estudantes.....	10
* Análise da realidade escolar.....	11
II.Função Social	11
III.Fundamentos teórico metodológicos.....	14
IV.Princípios Orientadores das Práticas Pedagógicas	18
V. Organização do trabalho pedagógico.....	20
VI.Estratégia de Avaliação.....	22
VII.Organização curricular.....	26
VIII.Objetivos e Metas Institucionais	28
IX. Acompanhamento e Avaliação da PP.....	30
X.Referências Bibliográficas	31
XI.Apêndices e Plano de ações.....	32

APRESENTAÇÃO

A elaboração do presente PP ocorreu com a participação da comunidade escolar. No âmbito da Instituição, discutiu-se, primeiramente, entre Direção, Supervisão e Coordenação com o objetivo de estabelecerem-se as linhas de discussão com a comunidade escolar.

Partiu-se do esclarecimento a cerca do que é a PP, sua importância e finalidades, tendo como base o Projeto Político Pedagógico do Distrito Federal. Compreende-se que **a Proposta Pedagógica é um documento flexível e dinâmico**, que norteia as ações da escola e estabelece os parâmetros principais da prática pedagógica, de acordo com os anseios e necessidades reais da Instituição e dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, entendendo a educação como um processo comprometido com a formação integral do educando, preconizando assim a formação do cidadão.

Em seguida, partiu-se para a análise dos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento, que apontam para uma educação com tempo, espaços e oportunidades ampliados: a educação integral. Nesta perspectiva educacional, o ser envolvido no processo passa a assumir a característica multidimensional, um ser único, com história e identidade.

Na visão do Currículo Integrado, as grandes temáticas devem convergir para promover a multidisciplinaridade. Na qual, sustentabilidade ambiental, direitos humanos, a educação para a diversidade e a complexa relação entre escola e a sociedade, constituem-se como parâmetros norteadores da prática pedagógica. Logo, este Currículo abre espaço para grandes temáticas de interesse social que produzem convergência entre as diferentes áreas do conhecimento. Desta forma, os conteúdos científicos organizam-se em torno de determinada ideia ou eixos, que estruturam o trabalho pedagógico a ser desenvolvido pelos corpos docente e discente. Os diversos tempos e espaços escolares articulados integram a Proposta Pedagógica da escola.

Quanto à avaliação, consideramos como fundamental a adoção da concepção da avaliação formativa apontada nas Diretrizes da Avaliação do DF. Nesta nova perspectiva, a avaliação caminha em consonância com o que preconiza o Currículo em Movimento ao considerar as diversas formas de ver o sujeito envolvido no processo de ensino-aprendizagem, além de avaliar também todos os agentes do processo cognitivo. Na ótica dessa diretriz, a avaliação é considerada para as aprendizagens, nas múltiplas linguagens e possibilidades que possa apresentar, bem como, envolver todos os sujeitos que constituem a comunidade envolvida no processo educativo. Estes são os maiores interessados na educação e promoção



do indivíduo. Assim, a escola tem por missão envolver educandos e educadores na esfera do conhecimento para a aprendizagem integral.

Desta forma, a PP do CEF 25 busca envolver a comunidade escolar nos diversos espaços e em diferentes momentos para construir e deliberar, coletivamente, as ações voltadas para o desenvolvimento pleno das atividades pedagógicas. O espaço de coordenação, os momentos destinados à avaliação institucional, as reuniões de pais, bem como, o diálogo, sempre aberto, com a comunidade, apresentam-se como formas de estabelecer a convergência de opiniões, decisões e avaliações. Para um desenvolvimento eficaz de todas as atividades desenvolvidas no ambiente escolar, culminando com a formação, eficiente, correta e participativa, do cidadão. Resultando em um ser consciente de seus direitos e, principalmente, de seus deveres na construção de uma sociedade mais justa, agindo como sujeitos integrados quanto ao papel social a desempenhar.

I - PERFIL INSTITUCIONAL

1. MISSÃO

O CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 25 DE CEILÂNDIA tem como meta garantir o pleno funcionamento da Escola, com eficiência e presteza, buscando a formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, fornecendo-lhes meios necessários para sua progressão nos estudos posteriores, melhoria na qualidade de vida e futura inserção no mercado de trabalho. Todas as ações asseguram a Gestão Democrática e participativa.

Objetiva-se instrumentalizar a comunidade educacional na ação educativa, visando a melhoria da qualidade do ensino, de forma a atender às especificidades da instituição, articulada aos fins e princípios que norteiam a filosofia da instituição educacional no que diz respeito à compreensão da vida social, na sua formação integral e individual.

2. BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA

Com a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para o atual Distrito Federal, as terras dessa região foram desapropriadas pelo Governo de Goiás, no período de 1956 a 1958, sob a responsabilidade da Comissão Goiana de Cooperação para a Mudança da Capital do Brasil, tendo, por presidente, Altamiro de Moura Pacheco.

Em 1969, com apenas nove anos de fundação, Brasília já tinha 79.128 habitantes em

ocupações irregulares, que moravam em aglomerados próximos ao centro da capital, local de trabalho da maioria dessas pessoas, para uma população de 500 mil habitantes em todo o Distrito Federal. Naquele ano, foi realizado, em Brasília, um seminário sobre problemas sociais no recém-criado Distrito Federal. O surgimento de áreas urbanas carentes de infraestrutura foi o ponto mais discutido naquele momento. Reconhecendo a gravidade do problema e suas consequências, o governador Hélio Prates da Silveira solicitou a erradicação das favelas à Secretaria de Serviços Sociais, comandada por Otamar Lopes Cardoso. No mesmo ano, foi criado um grupo de trabalho que, mais tarde, se transformou em Comissão de Erradicação de Favelas.

Em 27 de março de 1971, o governador Hélio Prates lançava a pedra fundamental da então cidade-satélite de Ceilândia. Às 9 horas do mesmo dia, tinha início o processo de assentamento das vinte primeiras famílias da invasão do IAPI. Ceilândia, hoje, possui cerca de 489.351 habitantes (PDAD 2015), e é a região administrativa de maior população do Distrito Federal.

A cidade foi dividida originalmente em quatro grandes áreas: Ceilândia Norte, Ceilândia Centro, Ceilândia Sul e Guariroba (esses três primeiros, juntamente com parte da Guariroba, formavam o setor tradicional). No decorrer dos anos outras subdivisões formaram outros bairros, como Setor "O", Expansão, P Norte, P Sul, QNQ, QNR, Por do Sol e Sol Nascente que, em sua grande maioria, são densamente povoados. Sendo que os dois últimos possuem um crescimento desordenado.

O bairro P.Norte, região que a escola está situada, possui uma comunidade desenvolvida e bem estabelecida. Possuem comércio formado por supermercados, lanchonetes, quiosques, farmácias, padarias, lotéricas. Possuem escolas públicas particulares, Faculdade próxima e um centro educacional/cultural e esportivo- SESC.

A população, em sua maioria, é uma mescla de pessoas pertencentes à classe média baixa e classe baixa alta. Também vale ressaltar, que nas proximidades da escola, em especial na quadra poliesportiva e na praça em frente à escola, há tráfego e uso de drogas. Devido à essa movimentação gerada pelo narcotráfico, alunos e servidores são assaltados constantemente nos arredores da escola.¹

O Centro de Ensino Fundamental 25 possui 15 anos, com esta nomenclatura. Construído em 1979 para fornecer educação aos recém-chegados moradores do Setor P-Norte, a escola era um Centro Educacional e desenvolvia atividades pedagógicas da 7ª série do antigo 1º grau até o 3º ano do 2º grau. Em 1992, passou a atender apenas alunos do 2º grau. Foi quando os estudantes de 1º grau passaram a ter suas atividades pedagógicas realizadas no antigo Centro

de Ensino de Primeiro Grau 21, hoje Centro de Ensino Médio 12 de Ceilândia. Conhecida como escola Modelo em Enfermagem. O Centro de Ensino Médio 5 de Ceilândia desenvolveu, a partir de meados dos anos 80, o curso Habilitação Básica em Saúde que, posteriormente, passou a se chamar Técnico em Enfermagem. O curso existiu até 1999.

A partir de 2005, o Centro de Ensino Médio 05 foi renomeado para Centro de Ensino Fundamental 25, passando a atender alunos de 6º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental. Estratégia usada pela Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia para atender os filhos de uma região em expansão. Como muitas crianças, principalmente oriundas dos novos condomínios (Sol nascente, Pinheiros, Cascalheiras), completavam os anos iniciais do Ensino Fundamental, era necessário que na região existisse outra Instituição de Ensino de anos finais, assim diminuindo a distância entre a escola e as residências dos estudantes. Com este objetivo surge o Centro de Ensino Fundamental 25 de Ceilândia.

3. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

A escola está localizada no setor P Norte de Ceilândia, numa região sócio econômica carente. Ao lado da escola encontra-se uma quadra de esportes, o que atrai a presença de muitas crianças e jovens. Conseqüentemente, atrai também a presença de narcotraficantes e os assaltos aos estudantes e funcionários da escola são recorrentes, criando um clima de medo e insegurança. Muitos professores sentem-se ameaçados e vulneráveis às investidas de intimidação de alguns estudantes, pais e/ou membros da comunidade.

A escola abriga aproximadamente 2200 estudantes, sendo aproximadamente 1600 no diurno e 600 no noturno. No turno matutino, são 11 turmas de sextos anos e 12 turmas de sétimos anos. No turno vespertino são 11 turmas de oitavos anos e 12 turmas de nonos anos. O noturno oferta o primeiro e o segundo segmentos da EJA. Observa-se que as turmas são bastante cheias e ainda há uma grande procura por vagas.

Existe um número significativo de estudantes com Transtornos Funcionais Específicos, são em média 30 estudantes atendidos. É grande a demanda, reforçando a extrema necessidade da abertura de uma sala de apoio às aprendizagens nesta instituição, bem como uma ação de prevenção à medicalização dos estudantes nas escolas classes da região, já que os estudantes já chegam diagnosticados.

Há na instituição uma sala de recursos generalista para atender os alunos portadores de necessidades especiais, com o intuito de promover a inclusão e o desenvolvimento pedagógico dos alunos com necessidades especiais (plano de trabalho anexo).

A relação entre o corpo docente e discente está fragilizada, bem como a interação dos mesmos com alguns responsáveis. Há uma necessidade de restabelecer estas relações. É necessário o resgate do respeito mútuo, além de empoderar e resgatar a autoridade do professor. O trabalho pedagógico acontece, porém a intencionalidade necessita de um reforço, bem como a avaliação necessita ser redimensionada. Cabe ressaltar que houve um avanço nesse quesito.

Apesar de todos os esforços para motivar os alunos a desenvolverem o hábito de leitura, a escola não possui uma biblioteca ampla para atender os alunos ou para que os mesmos façam os trabalhos propostos pelos professores. Há um espaço pequeno onde guarda-se o pequeno acervo da escola, mas o ambiente não tem condições de propiciar o desenvolvimento de alguma atividade. Outro fator importante é esclarecer que a escola não possui uma pessoa específica para trabalhar na biblioteca, fato este que também atrapalha o uso e funcionamento de uma biblioteca na escola.

A partir de diagnóstico realizado com as famílias, observa-se que existe uma variedade considerável de condições sociais, econômicas e culturais entre os alunos do CEF 25 de Ceilândia. Uma parcela da comunidade possui uma renda per capita muito baixa, destes, uma parte recebe assistência do governo como a “Renda Minha”. Já outra parcela possui um poder aquisitivo mais elevado, a maioria são filhos ou parentes de funcionários públicos, como filhos de professor, bombeiro, policial militar dentre outros.

Um dos principais problemas pedagógicos constatado é a indisciplina. Grande parte desse problema tem suas raízes na família dos estudantes, pois as mesmas são, em sua maioria, desestruturadas e enfrentam problemas de ordem econômica e social, o que dificulta o acompanhamento da vida escolar de seus filhos. A ausência de valores éticos e morais gera falta de respeito com os colegas e, em alguns casos, até mesmo com os professores. Isso reflete-se no comportamento do estudante na escola.

Em alguns casos, há alunos que moram longe e ultrapassam o horário de entrada devido à escassez de transporte público. Fato este que atrapalha o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos, pois eles chegam atrasados e acabam, assim, perdendo uma parte ou todo um horário de aula.

Sobre o acompanhamento por parte dos pais, isso ocorre de forma mais efetiva, geralmente, até o 6º ano. Após esse período, as visitas dos responsáveis tornam-se raras e a família deixa o aluno entregue à escola ou a si mesmo.

O grupo docente sugere que os pais envolvam-se nas atividades da escola, pois somente com a participação ativa da comunidade no processo educacional é que os resultados da educação serão eficazes para diminuir, ou excluir, os aspectos negativos observados na atual realidade escolar.

Observa-se que há uma acomodação dos estudantes em relação aos estudos, quanto ao sistema de dependência escolar. Eles escolhem as matérias que querem cursar e as que querem eliminar. Não é feito um esforço para a aprovação sem pendências e, assim, não se respeita o sistema de ensino. Quanto à realidade do professor, o mesmo, geralmente, tem uma carga fechada e não tem condições de dar o devido suporte à dependência.

Não há, muitas vezes, preparo para lidar com turmas em que há grande número de alunos em distorção série/idade. Esses alunos apresentam grande desmotivação. Além disso, o excesso de alunos em sala de aula dificulta o domínio de turma.

Em 2019, o Serviço de Orientação Escolar foi implantado na escola, fato este que contribuiu muito para o acompanhamento dos alunos, bem como a administração de conflitos entre pais, alunos e funcionários da escola e sobrecarga dos demais segmentos da comunidade escolar. O atendimento aos alunos especiais não é favorecido pelo excesso de alunos em sala.

Além das atividades apresentadas anteriormente, a instituição escolar oferece o atendimento no projeto “Escola integral”. Com o objetivo de atender e apoiar 120 alunos com dificuldades de aprendizagem e em situação de risco, o projeto oferece reforço escolar, auxílio pedagógico, atividades artesanais, valorização da cultura local, incentivo à leitura, além de outras atividades afins. Entretanto, há carência de espaço físico para atender adequadamente esses estudantes. Pois, as atividades são realizadas no laboratório de informática, no pátio e no refeitório.

Dentre as diversas dificuldades encontradas pelos professores, temos os resultados insatisfatórios obtidos pelos alunos. No noturno, há alunos trabalhadores que, às vezes, chegam atrasados, há outros que - tanto no diurno quanto no noturno-, por indisciplina ou desinteresse, também chegam atrasados ou faltam muito, não se esforçam-se o suficiente. Os conflitos entre eles são constantes, principalmente entre as meninas. A direção e o corpo docente da unidade de ensino constataram que muitos estudantes estão inseridos em famílias sem condições plenas de auxílio

Há também um clima de insegurança dentro da escola, pois muitos alunos entram na escola drogados, bêbados, portando armas brancas e de fogo. Há brigas fora da escola, dentro e nas redondezas, além dos frequentes assaltos aos alunos de todos os turnos.

O trabalho pedagógico é comprometido por uma cadeia de circunstâncias, a saber: quadro de funcionários insuficientes, superlotação das salas, estrutura física inadequada e a falta de uma participação efetiva da comunidade dentro da escola.

IDEB - Resultados e Metas

Parâmetros da Pesquisa

Resultado:	<input type="text" value="Escola"/>	UF:	<input type="text" value="DF"/>
Município:	<input type="text" value="BRASÍLIA"/>	Nome da Escola:	<input type="text" value="CEF 25 DE CEILÂNDIA"/>
Rede de ensino:	<input type="text" value="Estadual"/>	Série / Ano:	<input type="text" value="8ª série / 9º ano"/>

8ª série / 9º ano

Escola	Ideb Observado							Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
CEF 25 DE CEILÂNDIA	2.5	3.4	3.2		4.1	3.5	3.2	2.6	2.8	3.1	3.6	4.0	4.3	4.6	4.9

Perfil dos estudantes e pais

O corpo discente, do CEF 25, é formado por alunos que possuem de 11 a 15 anos, no turno diurno e 15 à 65 anos no noturno. Nos turnos, matutino e vespertino, destaca-se, porém a presença maciça de pré-adolescentes e adolescentes; Em contrapartida, o noturno tem sua clientela composta por adolescentes, adultos e alguns idosos. Estes são oriundos do Setor P. Norte, condomínios Sol Nascente, Pinheiros, Cascalheiras, além de muitos alunos oriundos do entorno do DF.

Boa parte dessa clientela demonstra baixointeresse pela escola e seus pais e/ou responsáveis pouco participam da vida estudantil dos alunos. Observa-se que faltam requisitos básicos na formação acadêmica dos nossos alunos, eles ingressam na escola, em sua maioria, no 6º ano e com falta de requisitos básicos, como ler e escrever. Apresentam dificuldades durante leitura e interpretação de textos, vocabulário deficitário, além de desconhecem as operações matemáticas básicas. A maioria não possui hábito de estudo, conseqüentemente, 30% dos alunos reprovaram no ano de 2015. Também obtivemos avanços nesse quesito, pois em 2019, nosso índice de reprovação caiu para aproximadamente 20%.

Análise da realidade da escola

Esse é o momento de olhar para a situação atual de nossa escola, do trabalho realizado nos anos anteriores e dizer onde estamos e quem somos. Momento de conflito de olhares e de percepções da realidade. Momento de avaliarmos os outros e sermos avaliados, bem como, fazermos uma autoavaliação. Porém, diante da limitação de nosso olhar buscamos a visão do outro que nos completa, capaz de revelar a realidade que não podemos ver de onde estamos (BACKTIN, 1997).

A redução do quantitativo de alunos que encontram-se em distorção de idade foi possível por uma ação conjunta entre a unidade educacional e CREC. Alunos foram transferidos para escola que possuem turmas de aceleração e os que já têm 15 anos de idade ou mais foram matriculados no EJA. Esta ação foi tomada para garantir o ingresso de novos alunos. Enfatiza-se que esta conduta é uma exceção nas práticas pedagógicas da escola.

Então, questiona-se: onde está a causa?

A situação é complexa e inclui muitas variáveis para apontar uma causa única. Dentre várias, listam-se as consideradas mais preocupantes:

- Desmotivação dos alunos;
- Famílias distantes da vida acadêmica dos discentes;

II- FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

“A educação é uma prática social, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição se vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la.” (Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014a, p. 10).

Conforme os fundamentos da Psicologia Histórico-cultural de Vygotsky e Pedagogia Histórico-crítica, o homem é compreendido como um ser que aprende e constrói-se em interação com o meio social e natural que o cerca. Sendo assim, a escola e todos os seus atores são convocados a, juntos, pensar e fazer educação por meio da imersão constante na vida diária e

seus acontecimentos, considerando a não neutralidade que caracteriza nossa atuação nas diferentes situações que envolvem a existência humana.

Diante das mudanças econômicas, sociais e tecnológicas ocorridas no mundo, a educação, mais do que nunca, deve ser uma prioridade real no desenvolvimento de pessoas e da sociedade.

Nessa perspectiva, o processo educativo, respeitando a inter-relação da escola com a ampla rede de instituições sociais que a circunda, ocorre vinculado à cultura, ao trabalho, à família, à construção das identidades e há inúmeros outros tempos e espaços de socialização.

A escola surge, nesse contexto, como espaço, onde parte da população tem acesso ao mundo do conhecimento organizado, como espaço de ação-reflexão-ação e de transformação social. Sua atuação dinâmica e contínua na construção e na reconstrução dos conhecimentos articula o processo natural de desenvolvimento das pessoas e do seu meio. Esse desenvolvimento pressupõe, no entanto, uma escola com referencial, que esteja institucionalmente articulada e que seja conduzida por profissionais comprometidos com o desenvolvimento humano, científico, filosófico, tecnológico e cultural.

Para que a escola promova tanto o desenvolvimento como a aprendizagem dos alunos, é necessário implementar projetos de educação comprometidos com o desenvolvimento de competências e habilidades que permitam ao indivíduo intervir na realidade para transformá-la.

Nessa perspectiva, é preciso que os atores, envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, identifiquem o papel ativo do sujeito na apropriação e na construção de seu próprio saber, para o cumprimento da principal função da escola que é promover o desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral de seus alunos.

Logo, a educação escolar é concebida como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação nas relações sociais, políticas e culturais (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, 1998).

A escola, nesse contexto, para exercer sua função social de garantir à comunidade as condições necessárias para o exercício pleno da cidadania, precisa conscientizar-se de sua responsabilidade de propiciar a construção de conhecimento. Para tanto, precisa envolver o aluno nesse processo, o que contribuirá para que a aprendizagem seja mais efetiva, resultando no seu sucesso escolar, enfrentando a prática da exclusão, vista como natural e como de responsabilidade do aluno, dos pais e do sistema sociopolítico e, nunca, como dos professores

ou da organização escolar. A reflexão deve ser a respeito do processo pedagógico, da administração da escola e do seu papel social.

A escola deve proporcionar a diversificação e a apropriação dos seus conteúdos, visando ao desenvolvimento de competências pelos alunos, sem rotulá-los, com o intuito de cada vez mais, eles compreendam e atuem no mundo em que vivem. Além de fomentar a construção de práticas pedagógicas, que respeitem as diferenças entre os alunos e que, ao mesmo tempo, considerem essas diferenças como elementos ricos de trabalho, promovendo uma constante interação entre os pares, é um princípio fundamental na perspectiva de assegurar uma educação de qualidade.

Para atendimento desse princípio fundamental, o art. 22 da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - estabelece que "a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". É necessário, pois, que a escola ressignifique seu trabalho e sua ação pedagógica, nas etapas e nas modalidades da Educação Básica, tendo como foco sua função social de formar o cidadão, isto é, propiciar ao educando a construção de conhecimentos, atitudes e valores que o tornem solidário, crítico, criativo, ético e participativo.

Observa-se que esta proposta pedagógica considera as questões sociais contemporâneas para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres numa participação ativa na vida científica, cultural, social e política do Distrito Federal e do Brasil.

A Proposta Pedagógica do CEF 25 de Ceilândia, dentro do contexto que a instituição está inserida, possibilitará ao aluno ser sujeito de sua própria aprendizagem, em busca da compreensão do mundo. Para tanto, é necessário repensar o papel da escola, refletir sobre a atuação de seus membros e promover a apropriação, de todos, das responsabilidades pela aprendizagem dos alunos, de acordo com suas atribuições.

III- FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O Currículo da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural, opção teórico-metodológica que se assenta em inúmeros fatores, sendo a realidade socioeconômica da população do Distrito Federal um deles. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. A democratização do acesso à escola para as classes populares requer que esta seja reinventada, tendo suas concepções e práticas refletidas e revisadas com vistas ao atendimento às necessidades formativas dos estudantes, grupo cada vez mais heterogêneo que adentra a escola pública do DF.

Para se garantir direitos educacionais, é necessário reconhecer as desigualdades relacionadas ao sistema público de ensino. A partir daí, priorizar a construção de um projeto educacional que contribua para a democratização dos saberes, garantindo a todos o direito à aprendizagem e à formação cidadã. A perspectiva é de retomada vigorosa da luta contra “[...] a seletividade, a discriminação e o rebaixamento do ensino das camadas populares. [...] garantir aos trabalhadores um ensino da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais [...]” (SAVIANI, 2008, p. 25-26).

Com esse intuito, este Currículo de Educação Básica se fundamenta nos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, por apresentarem elementos objetivos e coerentes na compreensão da realidade social e educacional, buscando não somente explicações para as contradições sociais, mas, sobretudo, para superá-las, identificando as causas do fracasso escolar e garantindo a aprendizagem para todos. Nessa perspectiva, é necessário que a escola estabeleça fundamentos, objetivos, metas, ações que orientem seu trabalho pedagógico, considerando a pluralidade e diversidade social e cultural em nível global e local. A busca é pela igualdade entre as pessoas, “[...] igualdade em termos reais e não apenas formais, [...], articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária” (SAVIANI, 2008, p. 52).

A Pedagogia Histórico-Crítica esclarece sobre a importância dos sujeitos na construção da história. Sujeitos que são formados nas relações sociais e na interação com a natureza para a produção e reprodução de sua vida e de sua realidade, estabelecendo relações entre os seres humanos e a natureza. Conseqüentemente, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e



coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2003, p. 07), exigindo que seja uma prática intencional e planejada. Essa compreensão de desenvolvimento humano situa a escola num contexto marcado por contradições e conflitos entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. Essa natureza contraditória da escola quanto a sua função de instruir e orientar moralmente a classe trabalhadora pode indicar a superação dessas contradições, à medida que a escola assume sua tarefa de garantir a aprendizagem dos conhecimentos historicamente constituídos pela humanidade, em situações favoráveis à aquisição desses conteúdos, articuladas ao mundo do trabalho, provendo, assim, condições objetivas de emancipação humana.

Na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, o estudo dos conteúdos curriculares tomará a prática social dos estudantes como elemento para a problematização diária na escola e sala de aula e se sustentará na mediação necessária entre os sujeitos, por meio da linguagem que revela os signos e sentidos culturais. A Prática social é compreendida como o conjunto de saberes, experiências e percepções construídas pelo estudante em sua trajetória pessoal e acadêmica e que é transposto para o estudo dos conhecimentos científicos. Considerar a prática social como ponto de partida para a construção do conhecimento significa trabalhar os conhecimentos acadêmicos a partir da articulação dialética de saberes do senso comum, escolares, culturais, científicos, assumindo a igualdade entre todos eles. O trabalho pedagógico assim concebido compreende que a transformação da prática social se inicia a partir do reconhecimento dos educandos no processo educativo. A mediação entre a escola e seus diversos sujeitos fortalece o sentido da aprendizagem construída e sustentada na participação e na colaboração dos atores. É função primeira da escola garantir a aprendizagem de todos os estudantes, por meio do desenvolvimento de processos educativos de qualidade. Para isso, o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública do ensino do Distrito Federal são condições fundamentais. É importante reconhecer que todos os agentes envolvidos com a escola participam e formam-se no cotidiano da escola. Nesse sentido, a Psicologia Histórico-Cultural destaca o desenvolvimento do psiquismo e das capacidades humanas relacionadas ao processo de aprendizagem, compreendendo a educação como fenômeno de experiências significativas, organizadas didaticamente pela escola.

A aprendizagem não ocorre solitariamente, mas na relação com o outro, favorecendo a crianças, jovens e adultos a interação e a resolução de problemas, questões e situações na “zona mais próxima do nível de seu desenvolvimento”. A possibilidade de o estudante aprender

em colaboração pode contribuir para seu êxito, coincidindo com sua “zona de desenvolvimento imediato” (VIGOSTSKY, 2001, p. 329). Assim, aprendizagem deixa de ser vista como uma atividade isolada e inata, passando a ser compreendida como processo de interações de estudantes com o mundo, com seus pares, com objetos, com a linguagem e com os professores num ambiente favorável à humanização.

O desenvolvimento dos estudantes é favorecido quando vivenciam situações que os colocam como protagonistas do processo ensino-aprendizagem, tendo o professor como mediador do conhecimento historicamente acumulado, por meio de ações intencionais didaticamente organizadas para a formação de um sujeito histórico e social. Assim, o objeto da educação trata de dois aspectos essenciais, articulados e concomitantes: a) Identificar os elementos culturais produzidos pela humanidade que contribuam para a humanização dos indivíduos, distinguindo entre o “essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório” (SAVIANI, 2003, p. 13); b) organizar e refletir sobre as formas mais adequadas para atingir essa humanização, estabelecendo valores, lógicas e prioridades para esses conteúdos. A aprendizagem, sob a ótica da Psicologia Histórico-Cultural, só se torna viável quando o projeto político-pedagógico que contempla a organização escolar considera as práticas e interesses sociais da comunidade. A identificação da prática social, como vivência do conteúdo pelo educando, é o ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem e influi na definição de todo o percurso metodológico a ser construído pelos professores. A partir dessa identificação, a problematização favorece o questionamento crítico dos conhecimentos prévios da prática social e desencadeia outro processo mediado pelo docente, o de instrumentalização teórica, em que o diálogo entre os diversos saberes possibilita a construção de novos conhecimentos (SAVIANI, 2003). Na organização do trabalho pedagógico, a prática social, seguida da problematização, instiga, questiona e desafia o educando, orienta o trabalho do professor com vistas ao alcance dos objetivos de aprendizagem. São indicados procedimentos e conteúdos a serem adotados e trabalhados por meio da aquisição, significação e recontextualização das diferentes linguagens expressas socialmente.

A mediação docente resumindo, interpretando, indicando, selecionando os conteúdos numa experiência coletiva de colaboração produz a instrumentalização dos estudantes nas diferentes dimensões dos conceitos cotidianos e científicos que, por sua vez, possibilitará outra expressão da prática social (catarse e síntese). Tal processo de construção do conhecimento percorrerá caminhos que retornam de maneira dialética para a prática social (prática social final). Sendo

assim, o que hoje considerarmos “finalizado”, será amanhã início de um novo processo de aprendizagem. Isso porque professor e aluno “[...] modificaram-se intelectual e qualitativamente em relação a suas concepções sobre o conteúdo que reconstruíram, passando de um estágio menor de compreensão científica a uma fase de maior clareza e compreensão dessa mesma concepção dentro da totalidade” (GASPARIN, 2012, p. 140). Professor e estudantes passam, então, a ter novos posicionamentos em relação à prática social do conteúdo que foi adquirido, mesmo que a compreensão do conteúdo ainda não se tenha concretizado como prática, porque esta requer aplicação em situações reais (Idem).

Nessa perspectiva, a prática pedagógica com significado social deve ser desenvolvida para além da dimensão técnica, permeada por conhecimentos, mas também por relações interpessoais e vivências de cunho afetivo, valorativo e ético. As experiências e as aprendizagens vinculadas ao campo das emoções e da afetividade superam dualismos e crescem em meio às contradições. Assim, a organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola como um todo deve possibilitar o uso da razão e emoção, do pensamento e sentimento para tornar positivas e significativas as experiências pedagógicas. O delineamento dos processos intencionais de comunicação e produção dos conhecimentos é acrescido da compreensão das diversas relações que se estabelecem com e na escola, não se excluindo nenhum daqueles que interagem dentro ou com essa instituição: pais, mães, profissionais da educação, estudantes e membros da comunidade escolar como um todo.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) reconhece que a educação é determinada pela sociedade, mas essa determinação é relativa; a educação pode interferir na mesma, contribuindo para sua transformação. Sendo assim, a concretização deste Currículo, como elemento estruturante das relações sociais que ocorrem na escola, se dará articulada ao projeto político-pedagógico de cada escola, instrumento que define caminhos na busca pela qualidade social da educação pública do DF. Qualidade referenciada nos sujeitos sociais que “[...] concebe a escola como centro privilegiado de apropriação do patrimônio cultural historicamente acumulado pela humanidade, espaço de irradiação e de difusão de cultura” (ARAÚJO, 2012, p. 233). Nessa perspectiva, o Currículo é compreendido como “[...] construção, [...] campo de embates e de disputas por modos de vida, tipo de homem e de sociedade que se deseja construir” (idem). E a escola espaço de produção de culturas e não de reprodução de informações, teorias, regras ou competências alinhadas à lógica mercadológica. Historicamente, a escola pública não incorporou de forma efetiva as demandas das classes populares, mesmo



com a democratização do acesso da maioria da população ao ensino fundamental. O indicador dessa incompletude da escola se revela por meio da não garantia das aprendizagens para todos de maneira igualitária. A SEEDF assume seu papel político-pedagógico como todo ato educacional em si o revela, apresentando este Currículo com uma concepção de educação como direito e não como privilégio, articulando as dimensões humanas com as práticas curriculares em direção a uma escola republicana, justa, democrática e fraterna. Para isso, privilegia eixos que não devem ser trabalhados de forma fragmentada e descontextualizada, mas transversal, articulando conhecimentos de diferentes áreas.

IV - PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

No âmbito sócio educacional, instituições são ambientes em que sujeitos buscam sua formação de forma intensiva e sistêmica, por meio de saberes, trocas e relações de mediação.

O CEF 25 de Ceilândia é uma instituição, cuja centralidade é, a aprendizagem e a formação de pessoas compreendidas como sujeitos das relações produzidas nesse espaço institucional.

Dessa forma, adota como base norteadora, para gestão de seu trabalho, políticas e projetos que visam à formação integral humana, articulada ao ambiente social de todos os envolvidos em educação e daqueles beneficiados por ela. O caráter organizacional e institucional centra-se nos seguintes fins e propósitos: aprendizagem e formação.

Assim, os fins e princípios norteadores, estabelecidos pelo CEF 25 para orientar sua prática educativa, foram definidos em consonância com as diretrizes emanadas da Constituição Federal e da LDB vigentes, conforme segue:

- A Educação possibilita ao ser humano o desenvolvimento harmonioso em suas dimensões física, social, emocional, cultural e cognitiva nas relações individuais, civis e sociais.
- A Educação Básica constitui um direito inalienável do homem em qualquer idade e capacita-o a alcançar o exercício pleno da cidadania de forma a ser promovida não como uma justaposição de etapas fragmentadas, mas em perspectiva de continuidade articulada entre Educação Infantil, Ensino Fundamental.
- Os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum são valorizados na prática pedagógica como norteadores que são da vida cidadã.
- A vivência do processo educativo tem como objetivo propiciar ao aluno condições de

responder positivamente às grandes necessidades contemporâneas de aprendizagem: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser e aprender a empreender.

- Os valores estéticos, políticos e éticos, organizados sob as premissas básicas da sensibilidade, da igualdade e da identidade, essenciais à formação integral do educando, permeiam a organização curricular, as relações interpessoais, o planejamento, o acompanhamento e a avaliação de todo o trabalho docente, discente, gerencial e administrativo.
- A flexibilidade teórico-metodológica e o reconhecimento e a aceitação do pluralismo de ideias constituem elementos na definição da política pedagógica adotada.
- A ação pedagógica aplica procedimentos capazes de favorecer a compreensão e o domínio dos fundamentos científicos e tecnológicos em que se baseiam os processos produtivos da sociedade atual.
- O sistema educacional proporciona recursos e meios que atendam às necessidades educacionais de todos os alunos, de modo a oportunizar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem, garantindo: educabilidade de todos os seres humanos; direito à equidade, igualdade de oportunidades educacionais independente dos comprometimentos que possam apresentar; respeito à dignidade humana; direito à liberdade de aprender e expressar-se; e direito de ser diferente (inclusão).
- O CEF 25 de Ceilândia busca favorecer uma educação de qualidade, incentivando maior participação de todos, inclusive da família, no acompanhamento da educação.

À luz desses princípios norteadores anunciados, a Escola tem como foco de atuação:

- **Aprendizagem:** A centralidade da ação escolar é o educando e a aprendizagem, não entendida como acumulação de informações e conteúdos, e sim como um processo de formação e de construção do ser humano, intrínseca aos sujeitos, que relacionam-se, que comunicam-se e formam-se no ambiente social e pedagógico da instituição educacional. Alunos, professores e pais aprendem, quando se relacionam e se comprometem com conteúdos e novas aprendizagens de forma sistemática e contínua, no espaço escolar e fora dele a partir de seus saberes, realidade e expectativas.
- **Formação de professores e de gestores:** A formação inicial e em serviço é intrínseca ao ser e, mais ainda, quando se torna professor-educador e gestor da educação escolar. Revigorar e qualificar os atores envolvidos na Educação é um fator de



impacto e de mudanças na ação e prática pedagógica dos professores e dos gestores. O Compromisso de todos pela Educação é um plano de metas que integra o Plano de Desenvolvimento da Educação e diz respeito à mobilização em torno da melhoria da Educação Básica no país. Apresenta um conjunto de diretrizes a serem adotadas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios na gestão de suas redes e escolas e nas práticas pedagógicas. É regulamentado pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.

- **Gestão Compartilhada:** Regulamentada pela Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007, (DODF nº 207, de 26 de outubro de 2007), a gestão compartilhada nas instituições educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal será exercida conforme o disposto no art. 206, VI, da Constituição Federal, nos arts. 3º, VIII, e 14 da LDB, e no art. 222 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Visa a atingir os objetivos explícitos naquela legislação.
- **Educação Integral:** Amparada legalmente no art. 205 da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da LDB, e regulamentada pelo Decreto nº 28.504, de 4 de dezembro de 2007, do GDF, constitui uma das principais metas do Plano de Desenvolvimento da Educação e objetiva promover a melhoria qualitativa e quantitativa da oferta educacional escolarizada, visando ao acesso, à permanência e ao êxito dos educandos na instituição educacional pública
- **Avaliação Institucional:** O Programa de Avaliação formativa do Desempenho da Instituição Educacional medirá tanto a eficácia da gestão escolar quanto da aprendizagem dos alunos. O desempenho das instituições educacionais será medido a partir de um indicador que reunirá diversos quesitos a serem avaliados – quer os que dizem respeito aos aspectos pedagógicos, no caso, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), criado pelo Ministério da Educação para medir a qualidade da Educação no Brasil; quer os que envolvam a eficácia da gestão.

V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Em 2018 implantamos o 3º Ciclo para as Aprendizagens, tendo em vista que a proposta aprimorou os processos de ensinar, aprender e avaliar, garantindo as aprendizagens para a maioria dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. A organização escolar em Ciclos apresentou outra sistematização para os espaços e tempos escolares com vistas às aprendizagens. Ganham relevância a avaliação formativa e a reorganização do trabalho

pedagógico, que passaram a realizar-se coletivamente com, entre e para os sujeitos envolvidos na ação educativa. Assim, o trabalho pedagógico, na lógica dos ciclos, fundamentou-se na concepção de currículo integrado e de educação integral e na valorização do trabalho interdisciplinar na construção do conhecimento, considerando as múltiplas inteligências e os diversos contextos socioculturais em que os estudantes estão inseridos. Visando a um processo ininterrupto de aprendizagem, o 3º Ciclo para as Aprendizagens adota o princípio da progressão continuada, que é básico nesse modo de organização e pressupõe avanço nas aprendizagens dos estudantes caracterizado pela aprovação dos estudantes nos anos escolares. Desta forma, buscamos o desafio de superar o ensino fragmentado, criando experiências educativas que possibilitem a aprendizagem, a inclusão e o compromisso com a mudança de relações assimétricas de poder. Para o alcance do objetivo de superação de uma educação marcada pela exclusão, a proposta do 3º Ciclo articula-se ao Currículo em Movimento da Educação Básica (SEEDF, 2014) e às demais diretrizes e orientações que direcionam e normatizam a educação pública no Distrito Federal.

De acordo com o Documento Orientador do Programa Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais: A inclusão educacional é um direito do estudante e requer mudanças na concepção e nas práticas de gestão, de sala de aula e de formação de professores, para a efetivação do direito de todos à escolarização. No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento inclusivo da escola se insere a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes público alvo da educação especial matriculados no ensino regular. (Fonte: Manual de Orientação - Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, MEC, 2010).

Quanto à sua composição, o 3º Ciclo para as Aprendizagens divide-se em dois blocos: 1º Bloco (atuais 6º e 7º ano do Ensino Fundamental) e 2º Bloco (atuais 8º e 9º ano do Ensino Fundamental). Neste ciclo, a enturmação dos estudantes, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais (ANEE), acontece de acordo com a estratégia de matrícula proposta pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

As estratégias de intervenções pedagógicas, mediadas pela avaliação formativa, compõem a organização do trabalho pedagógico no 3º Ciclo para as Aprendizagens. Vale destacar o protagonismo da avaliação formativa no desenvolvimento destas e de outras estratégias metodológicas em uma escola organizada em ciclos, onde os espaços e tempos



convergem no sentido de promover aprendizagens, conforme os ritmos diferenciados dos estudantes. Adota-se a Progressão Continuada, ou seja, os estudantes prosseguem os estudos sem interrupções, sem lacunas e sem barreiras que venham dificultar o seu desenvolvimento escolar. O importante é a aprendizagem de todos os estudantes, o fortalecimento da avaliação formativa e a exclusão da avaliação classificatória. A progressão continuada é praticada por meio dos seguintes mecanismos: reagrupamentos de estudantes ao longo do ano letivo, levando em conta suas necessidades de aprendizagens, de modo que possam interagir com diferentes professores e colegas; avanço dos estudantes de um ano a outro, durante o ano letivo, se os resultados da avaliação assim o indicarem. Portanto, o trabalho da escola na perspectiva de progressão continuada, tem como foco as aprendizagens e o desenvolvimento integral do estudante, em um trabalho articulado e sustentado pelos Eixos Integradores (Ludicidade e Letramento) e Eixos Transversais do Currículo em Movimento da Educação Básica (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade), que favorecem uma reflexão sobre a prática educativa e sobre os diversos contextos socioculturais nos quais as aprendizagens ocorrem.

O Planejamento Pedagógico dentro da proposta dos Ciclos Segue os seguintes passos:

- Prática social inicial: momento em que é explorado o que os estudantes já sabem ou já conseguem fazer e, também, o que precisam saber ou fazer;
- Problematização: Momento em que aquilo que já se sabe e aquilo que se deseja saber é transformado em questões problematizadoras, o que dispõe o conteúdo ou assunto em mais de uma dimensão;
- Instrumentalização: momento que compreende estudos e pesquisas acerca dos conhecimentos construídos e acumulados historicamente pela humanidade. Pode ser realizada no âmbito de cada componente, área de conhecimento ou bloco semestral, na busca de uma compreensão mais integradora dos assuntos, temas ou conteúdos;
- Catarse: momento em que os estudantes são iniciados a realizarem sínteses do conhecimento construído ou reelaborado por meio de registros escritos, orais, fotográficos, audiovisuais, digitais, entre outros;
- Prática social final: momento em que os estudantes resignificam a prática social inicial, mudada a partir da problematização, da instrumentalização e da catarse.

VI - ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO

Avaliação traduz-se na interação professor / aluno / conhecimento, no acompanhamento individual e coletivo, na compreensão e no reconhecimento dos avanços e dos limites, tendo em vista uma direção desejada expressa no planejamento. A avaliação, como parte do processo de ensino e aprendizagem, caracteriza-se por ser formativa. A avaliação qualitativa prevalece sobre a quantitativa, permitindo a verificação do processo de pensamento e o nível de operações mentais que o aluno está realizando. A avaliação oferece dados sobre a caminhada do aluno, permitindo informá-lo sobre seu nível de desempenho. A avaliação formativa tem por princípio utilizar-se da função diagnóstica para reorientar os processos de ensino e de aprendizagem e, conseqüentemente, servir de instrumento para a melhoria da função social a que se destina a escola. Nesse sentido, a avaliação deve ser ato de valorização e de potencialização das aprendizagens, e não de classificação e exclusão. Deste modo, adotamos os três níveis da avaliação:

- Avaliação para as aprendizagens que visa identificar aquilo que os estudantes já aprenderam e o que ainda não sabem de modo a intervir por meio de estratégias pedagógicas para promover avanços (VILLAS BOAS, 2004).
- Avaliação Institucional que é uma auto avaliação realizada por todos os envolvidos no processo educativo, tomando como referência a Proposta Pedagógica da escola.
- Avaliação em larga escala que diz respeito aos exames e testes aplicados em rede por equipes externas à escola, realizada pelo próprio sistema de ensino em nível local ou em nível nacional. O CEF 25 de Ceilândia passou a adotar os Relatórios de Avaliação que expressam a dimensão cognitiva do aluno. Nos Relatórios os critérios de avaliação expressam o nível de operações mentais e a construção do conhecimento elaborado e a avaliação sócio emocional tem caráter diagnóstico, afim de auxiliar os professores na organização de novas situações de ensino e aprendizagem, com a finalidade de auxiliar o aluno em seu desenvolvimento. O Relatório começa a ser traçado quando o professor elabora seus objetivos para o bimestre. Durante as atividades diárias, os professores realizam registros que são discutidos e analisados durante o Conselho de Classe. É neste momento também que é registrado os aspectos sociais, comportamentais dos alunos e os procedimentos a serem adotados pela escola. O conselho de classe é uma oportunidade em que é possível reunir os docentes das diversas disciplinas com o objetivo de analisar os processos de ensino e de aprendizagem sob múltiplas perspectivas. Dessa forma, possibilitam aos professores uma interessante experiência formativa, permitindo a



reavaliação da prática didática. A função do conselho de classe na nossa escola, que conta, com a participação da equipe de direção, dos coordenadores pedagógicos e das orientadoras pedagógicas, além dos professores - não é julgar o comportamento dos alunos, mas compreender a relação que eles desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar para, quando necessário, propor as intervenções adequadas. Juntos definimos os encaminhamentos que levem à melhoria da qualidade da produção dos estudantes. É neste momento também que o grupo socializa práticas bem-sucedidas que possam ser replicadas - considerando que, muitas vezes, os bons resultados na aprendizagem aparecem apenas após a mudança nas estratégias de ensino. Diversos instrumentos de avaliação de aprendizagem podem ser utilizados ao longo do período letivo. Esses instrumentos de avaliação permitem ao professor colher informações sobre a capacidade de aprendizado dos alunos, medida, em especial, pela competência dos mesmos para resolver problemas e instrumentalizar o conhecimento para a tomada de decisões. Cabe ao professor da disciplina, definir os instrumentos que serão utilizados para melhor acompanhar o processo de aprendizado de seus alunos.

- Observação - Através dela os educadores podem conhecer melhor os alunos, analisar seu desempenho nas atividades em sala de aula e compreender seus avanços e dificuldades. Ao mesmo tempo, os alunos poderão tomar consciência dos processos vividos pelo grupo. Para tanto o professor precisa elaborar objetivos claros, identificar contextos e momentos específicos (durante a aula, no recreio etc), estabelecer formas de registros apropriados (vídeos, anotações etc). Muito utilizada nas atividades de reagrupamento.
- Registro - Tem como função acompanhar o processo educativo vivido por alunos e professores, é através dele que se torna possível realizar uma análise crítica e reflexiva do processo de avaliação. Contribui para que os dados significativos da prática de trabalho não se percam ou passem despercebidos no cotidiano escolar.
- Debate - Permite nas situações de interação, trocar ideias com as pessoas, compreender as ideias do outro, relacioná-las e ampliar conhecimentos sobre o tema ou assunto discutido. É favorável para que alunos e professores incorporem conhecimentos, exige que se expressem com suas próprias palavras, exemplifiquem e estabeleçam relações com outros conhecimentos, pois o aluno expõe à turma sua forma de compreender o tema em questão.
- Autoavaliação - É uma atividade de reflexão fundamental na aprendizagem, que visa levantar o caminho percorrido pelo aluno para às suas respostas e resultados, as evidências



de que conseguiu aprender, as evidências das dificuldades que ainda enfrenta e, a partir delas, o reconhecimento das superações que precisam ser conquistadas.

- Atividade em grupo – Muito utilizado nos reagrupamentos intraclasse. É todo tipo de produção realizada em parceria pelos alunos, sempre orientadas pelo professor. Estimula os alunos à cooperação e realização de ações conjuntas, propiciam um espaço para compartilhar, confrontar e negociar ideias.
- Participação – Trata-se de analisar o desempenho do aluno em fatos do cotidiano da sala de aula ou em situações planejadas. Permite que o professor perceba como o aluno constrói o conhecimento, já que é possível acompanhar de perto todos os passos desse processo. É necessário que o professor faça anotações no momento em que os fatos a serem considerados ocorrem. Habilita o professor a elaborar intervenções específicas para cada caso e sempre que julgar necessário.
- Portfólio - Volume que reúne todos os trabalhos produzidos pelo aluno durante o período letivo. Presta-se tanto para a avaliação final como para a avaliação do processo de aprendizagem do aluno. Evidencia as qualidades do estudante, registra seus esforços, seus progressos, o nível de raciocínio lógico atingido e, portanto, seu desempenho na disciplina. Também ensina ao aluno a organização.
- Prova dissertativa – Caracteriza-se por apresentar uma série de perguntas (ou problemas, ou temas, no caso da redação), que exijam capacidade de estabelecer relações, de resumir, analisar e julgar. Avalia a capacidade de analisar um problema central, abstrair fatos, formular ideias e redigi-las: permite que o aluno exponha seus pensamentos, mostrando habilidades organização, interpretação e expressão.
- Prova com consulta - Apresenta características semelhantes às provas dissertativas, diferenciando – se pelo fato de o aluno pode consultar livros ou apontamentos para responder. Se bem elaborada, pode permitir que o aluno demonstre não apenas o seu conhecimento sobre o conteúdo objeto da avaliação, mas ainda, a sua capacidade de pesquisa, de buscar a resposta correta e relevante.
- Prova Objetiva - Caracteriza –se uma série de perguntas diretas para respostas curtas, com apenas uma solução possível ou em que o aluno tenha que avaliar proposições, julgando-as verdadeiras ou falsas.
- Prova Oral - Situação em que os alunos, expõem individualmente seus pontos de vista sobre pontos do conteúdo ou resolvem problemas em contato direto com o professor.

Bastante útil para desenvolver a oralidade e a habilidade de argumentação e de fácil registro por parte do professor bem como do feedback para o aluno.

VII - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Currículo é um elemento flexível que extrapola os vários elementos do cotidiano escolar como grade curricular, disciplinas, conteúdos e conhecimento. É de suma importância que a escola resgate os saberes que o(a) aluno(a) traz da sua vida. O Currículo, sendo o objeto do conhecimento, não deve ser trabalhado de forma superficial e desvinculado da realidade do corpo discente. A ação pedagógica diária não deve ser meramente uma metodologia tradicional que entende o conhecimento como um produto pronto para apenas ser repassado, considerando somente a interação unilateral entre professor(a) e aluno(a). É preciso que o objeto do conhecimento considere a interação entre educador(a) e educando(a) como uma via de “mão dupla” em que as relações de ensino-aprendizagem ocorram dialeticamente.

A proposta curricular do Centro de Ensino Fundamental 25 de Ceilândia organiza-se em ciclos e define todas as ações pedagógicas que devem ser desenvolvidas para garantir que os(as) alunos(as) possam dar prosseguimento aos estudos sem interrupções: utilizando a interdisciplinaridade, trabalho com projetos, Educação Integral e atividades interventivas. A proposta da flexibilização curricular em ciclos de aprendizagem pressupõe uma permanente construção e provoca a ruptura e superação da organização da escola seriada numa concepção de educação bancária voltada para a seletividade e expulsão, sobretudo das camadas populares ao acesso ao conhecimento e a permanência na escola com qualidade social, ao direito de ser cidadão, enfim, ao direito à vida. Propomos fazer do processo ensino-aprendizagem um processo permanente de formação humana, um processo mais justo, articulado e contínuo, de apreensão crítica de conhecimentos significativos e de valores éticos universais.

Essa Proposta visa uma educação democrática com integração de padrões significativos de qualidade de ensino em nossas ações diárias. Aqui estão contidos o Projeto Norteador e os subprojetos, que serão executados durante o ano letivo de 2020, nas diversas áreas com as turmas de Educação Especial, Ensino Fundamental Anos Finais. Os objetivos, metodologia e processo de avaliação do Projeto Norteador e de cada subprojeto foram definidos com a participação de toda a comunidade escolar. Para atingirmos nossos



objetivos, ressaltamos a necessidade de envolvimento de todo o corpo docente/discente, dos membros que compõem o Conselho Escolar e demais membros da nossa comunidade. O papel dos educadores aqui será o de mediador das atividades, garantindo sempre os interesses explicitados pelos alunos e os que tenham relação com os temas abordados nos projetos. Essa Instituição Educacional atende - Classe Especial de TGD, Ensino Integral e Ensino Fundamental Anos Finais: Turmas 6º, 7º, 8º e 9º anos. Em 2014, com a organização dos Ciclos de Aprendizagem, a Secretaria de Educação do Distrito Federal optou pela seguinte configuração no Ensino Fundamental Anos Finais: BLOCO I – 6º e 7º ano e BLOCO II 8º ano e 9º ano. A organização curricular do Ensino Fundamental emana valores da Constituição e da Lei de Diretrizes e Bases. O currículo da Educação Básica da Rede Pública de Ensino propõe flexibilidade, descentralização de maneira que as decisões e responsabilidades sejam compartilhadas em todos os níveis e modalidades de ensino garantindo que os direitos e deveres da comunidade escolar estejam preservados.

Em cada etapa da Educação Básica, o currículo aponta para a aquisição de habilidades e competências adequadas ao nível de desenvolvimento e maturidade do educando, considerando ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na família, na instituição educacional e no meio social em que está inserido de acordo com as exigências do mundo moderno que fazem da educação o maior desafio e a necessidade mais premente da sociedade contemporânea. Para efetivar o desenvolvimento de conteúdos significativos dentro do ensino fundamental para além do saber fazer, deve-se adotar um referencial metodológico que dê visibilidade ao currículo e uma busca por uma prática pedagógica reflexiva, sendo que professores e alunos devem eleger o diálogo com o eixo das relações e fundamento do ato de educar. A integração das Áreas de Conhecimento ao desenvolvimento de Temas Transversais adequados à realidade, como os relacionados à Educação Ambiental, Saúde, Sexualidade, Vida Familiar e Social, Trabalho, Ciência, Tecnologia, Cultura, Empreendedorismo e Serviço Voluntário de forma interdisciplinar, que oportunizam a constituição do saber aliado ao exercício da cidadania plena e a atualização de conhecimentos e valores em uma perspectiva crítica, responsável e contextualizada, recebem tratamento pedagógico em que se valoriza a interdisciplinaridade entre as áreas de reflexão e interação substituindo a acumulação de informações. Na parte diversificada, o currículo sugere a realização de projetos e atividades de interesse da comunidade local integrados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no sentido de ampliar e enriquecer os conhecimentos e valores trabalhados em sala de aula, respeitando o contexto de cada

comunidade escolar. O processo de ensinar-aprender, nas diversas áreas, deve se desenvolver por meio de projetos interdisciplinares que possibilitem uma visão globalizada e concreta de diferentes temas e que promovam a geração de novos conhecimentos, o fortalecimento de valores, ações e atitudes positivas que se intensifica na pedagogia de projetos requer a adoção de estratégias diferenciadas, tais como: manifestações artístico-culturais de naturezas diversas; pesquisas, seminários e grupos de estudo; atividades extraclasse, integradas ao currículo principalmente por meio de visitas e excursões para estudo do meio; participação em promoções, campanhas e outros eventos sócio-comunitários; aulas planejadas e desenvolvidas de forma participativa; utilização dos laboratórios de ciências e informática em atividades que busquem o conhecimento estimulem o interesse e a pesquisa científica.

Em conformidade com a legislação, o Currículo da Educação Básica das instituições educacionais públicas do Distrito Federal foi construído de forma participativa, com base nos PCN's e organizado de modo a permitir o desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos. O currículo também visa possibilitar ao educando o desenvolvimento de sua capacidade de compreender o mundo; alargar as suas fronteiras de conhecimento; aprender a ser e a conviver, tornando-se um cidadão por excelência. A SEEDF vem adotando medidas e elaborando projetos voltados para a melhoria da qualidade no ensino fundamental. São ações e propostas que estão sendo postas em prática de modo articulado e integrado, visando à promoção, a partir da realidade e das potencialidades das instituições educacionais e o desenvolvimento pleno dos alunos da rede pública de ensino. Ensino Fundamental – Anos Finais - a organização curricular, nos Anos Finais do ensino fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos alunos prosseguirem os estudos (Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal).

VIII - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

1. Objetivos

Dimensão	OBJETIVOS
Gestão Pedagógica	Proporcionar uma educação, tendo por base valores humanos como: afetividade, respeito, compreensão, liberdade de expressão, trabalho coletivo e uso das tecnologias audiovisuais
	Proporcionar ao educando a liberdade de pensamentos e ações, e a compreensão das suas responsabilidades e



	limites;
	Desenvolver a cultura de estudo (adquirir conhecimento)
Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	<p>Diminuir a evasão escolar e promover a correção de alunos fora de fluxo.</p> <p>Proporcionar a maior participação dos pais junto à vida acadêmica dos filhos.</p> <p>Preparar os alunos para a olimpíada de Matemática e de Língua Portuguesa</p> <p>Desenvolver o hábito de leitura.</p> <p>Aumentar da porcentagem de aprovações e desenvolvimento intelectual</p> <p>Proporcionar o amadurecimento juvenil e prevenção da saúde</p>
Gestão de Pessoas	<p>Buscar a participação da comunidade</p> <p>Proporcionar a comunidade escolar a participar das avaliações educacionais</p> <p>Promover a participação da comunidade na definição das prioridades dos gastos dos recursos públicos.</p>
Gestão Financeira	<p>Promover a gestão financeira da escola de acordo com os princípios da autonomia, responsabilidade e ética;</p> <p>Melhorar e ampliar os ambientes</p> <p>Troca da rede elétrica</p>
Gestão Administrativa	Construção de um auditório capacidade mínima de 300 para pessoa

2. Metas

PDE Nº meta	Nº	METAS	2020	2021	2022	2023
	1.	Aumentar o índice de aprovação (80% em 2019) para:	85%	90%	92%	95%
	2.	Promover pesquisas e discussões com objetivo de detectar principais motivos da repetência e evasão;	x	x	x	x
	3.	Diminuir o investimento de recursos financeiros na recuperação do patrimônio, por meio de campanhas de conscientização;	x	x	x	x
	4.	Escola de pais.	x	x	x	x
	5.	Prova multidisciplinar	x	x	x	x
	6.	Conselho de classe participativo	x	x	x	x
	7.	Projeto de leitura	x	x	x	x
	8.	Construir um auditório com capacidade de 300 pessoas		x	x	x



9.	Projeto Soletrando	x	x	x	x
10.	Criar os projetos de português, matemática e ética e cidadania	x	x	x	x
11.	Projeto audiovisual	x	x	x	x
12.	Preparar os alunos para a olimpíadas de Matemática e de Língua Portuguesa	x	x	x	x
13.	Criação da Sala de Vídeo	x	x	x	x
14.	Criação da Sala de informática	x	x	x	x
15.	Ofertar atendimento especializado de Orientação educacional	x	x	x	x
16.	Ofertar atendimento especializado de sala de apoio		x	x	x
17.	Criação de uma biblioteca com espaço específico para leitura	x	x	x	x

IV- ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

A avaliação da aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela se refere mais especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e da Proposta Pedagógica da escola. Em ambos os casos a avaliação, numa perspectiva dialógica (ROMÃO, 1998), destina-se à emancipação das pessoas e não à sua punição, à inclusão e não à exclusão ou, como diz Cipriano C. Luckesi (1998:180) “à melhoria do ciclo de vida”. Por isso, o ato de avaliar é, por si, “um ato amoroso” (Idem, ibidem).

A avaliação é um mecanismo que acompanha a implantação e viabiliza a correção de rumos de certo modelo de universidade ou de escola, de certo projeto político-pedagógico.

A PP será avaliada anualmente na última reunião do Conselho Escolar e juntamente com convidados da comunidade escolar registrado em ata.

V- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Ceil%C3%A2ndia>

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Currículo em Movimento, Caderno 1, SEEDF, 2014

Constituição Federal

Gestão Compartilhada: Regulamentada pela Lei nº 4.036, de 25 de outubro de 2007, (DODF nº 207, de 26 de outubro de 2007)

BITAR, Hélia de Freitas e outros. Sistemas de avaliação educacional. São Paulo, FDE, 1998 (Série “Idéias”, no. 30).

LUCKESI, Cipriano. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez, 1998, 7ª edição.

ROMÃO, José Eustáquio. Avaliação dialógica: desafios e perspectivas. São Paulo, IPF/Cortez, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança. São Paulo, Libertad, 1998.

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, 1998



APÊNDICES



APÊNDICE I

PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

Ano: 2020

Dimensão	Metas	Estratégias	Avaliação das ações	Responsáveis	Cronograma
Gestão Pedagógica	Proporcionar uma educação, tendo por base valores humanos como: afetividade, respeito, compreensão, liberdade de expressão, trabalho coletivo e uso das tecnologias audiovisuais	Projeto audiovisual	Anual	Rodrigo Medeiros De Azevedo	Projeto piloto em 2016 em início do projeto anual 2017
	Proporcionar ao educando a liberdade de pensamentos e ações, e a compreensão das suas responsabilidades e limites;	Construção do regimento interno da Escola	Anual	Isnã Ambrósio e Conselho Escolar	Criação em 2016 em andamento
	Desenvolver o hábito de leitura	Projeto de leitura	Anual	Professores de língua portuguesa	Em andamento
	Desenvolver a cultura de estudo (adquirir conhecimento)	Estimular em sala de aula	Bimestral	Coordenadores pedagógicos	Em andamento
	Diminuir a evasão escolar	Acompanhar mensalmente a presença	Mensal	Supervisores pedagógicos	Em andamento



		dos alunos e entrar em contato com os pais e autoridades competentes			
Avaliação formativa	Semana de prova		Bimestral	Corpo docente	Em andamento
	Prova Multi		Bimestral	Corpo docente	Em andamento
	Jogos Interclasse/Gincana		Anual/Semestral	Comunidade Escolar	2016-2019
Desenvolver formação em canto e organização de Coros, Dança e Teatro com promoção de atividades artísticas e culturais permanentes, voltadas a formação humana, social e estética das comunidades regionais.	Projeto canto e coral CEF 25 de Ceilândia		Anual	Aguardando voluntários	Começar em 2017
	Criar um projeto de teatro		Anual	Professores	Começar em 2018
	Criar um projeto de dança		Anual	Professores	Começar em 2018
Proporcionar a maior participação dos pais junto à vida acadêmica dos filhos.	Criar a Escola de pais		Anual	Isnã dos Santos Ambrósio	Começar em 2017
		Semana de Conscientização e Promoção da Educação	Anual	Corpo docente	Em andamento



		Inclusiva (Lei nº 5.714/2016)			
	Cumprir o calendário da SEEDF e seu projetos .	Semana da Concientização do Uso Sustentável da Água(Lei nº 5.243/2013)	Anual	Corpo docente	Em andamento
		Semana de Educação para Vida(Lei Federal nº 11.998/2009)	Anual	Corpo docente	Em andamento
		Projeto Identidades, com a culminância no Dia da Consciência Negra(Lei nº 10.639/2003)	Anual	Corpo docente	Em andamento
Gestão das aprendizagens e dos resultados educacionais	Proporcionar o amadurecimento juvenil e prevenção da saúde	PD de Educação para vida	Bimestral	Demais professores que precisam complementar carga	Em andamento
	Preparar os alunos para a olimpíada de Matemática	Aulas de raciocínio lógico no turno contrário	Avaliação após ultima prova da Olimpíada de Matemática	Marconi George da Silva Neves	Projeto piloto em 2016 em início do projeto anual 2017
	Preparar os alunos para a olimpíada de Língua Portuguesa	Aulas de construção de texto no turno contrário	Avaliação após ultima prova da Olimpíada de Língua Portuguesa	RAISA DE MORAIS SANTANA	Começar em 2017
	Aumento da porcentagem de aprovações e desenvolvimento	Criar PD de Português	Bimestral	Professores de Língua Português e Inglesa	Em andamento




	intelectual	Criar PD de Matemática	Bimestral	Professores de Matemática Ciências	Em andamento
		Semana de prova bimestral	Bimestral	Supervisores	Em andamento
Gestão Participativa	Envolver todos os segmentos da comunidade escolar	Reunião periódica do Conselho Escolar	Quadrimestral	Presidente do Conselho Escolar e Direção	Em andamento
		Festa Junina	Anual	Direção	Em andamento
	Promover a saúde	Curso como deixar de fumar (Alunos da EJA)	Anual	Direção	Em Construção
	Proporcionar a comunidade escolar a participar das avaliações educacionais	Reunião anual de avaliação institucional	Anual	Direção	Em andamento
Gestão Financeira	Promover a participação da comunidade na definição das prioridades dos gastos dos recursos públicos.	Reunião periódica do Conselho Escolar	Quadrimestral	Presidente do Conselho Escolar e Direção	Em andamento
	Promover a gestão financeira da escola de acordo com os princípios da autonomia, responsabilidade e ética;	Reunião do conselho fiscal e escolar	Quadrimestral	Presidente do Conselho Escolar e Direção	Em andamento



Gestão Administrativa	Melhorar e ampliar os ambientes	Uso do PADF		Direção e Conselho Escolar	
	Troca da rede elétrica	Uso do PADF e busca de recursos junto a SEEDF		Direção e Conselho Escolar	Até 2018
	Troca do piso de placas e outros por piso de granitina	Busca de recursos junto a SEEDF, Governo do DF e Câmara Legislativa e Empresas Privadas		Direção e Conselho Escolar	Até 2018
	Construção de uma Quadra coberta	Busca de recursos junto a SEEDF, Governo do DF e Câmara Legislativa e Empresas Privadas		Direção e Conselho Escolar	Até 2018
	Construção de um auditório capacidade mínima de 300 pessoas	Busca de recursos junto a SEEDF, Governo do DF e Câmara Legislativa e Empresas Privadas		Direção e Conselho Escolar	Até 2018



APÊNDICE II

 <p>GOVERNO DE BRASÍLIA</p>	<p>GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 25 DE CEILÂNDIA ANOS FINAIS</p>
--	--

PLANO DE AÇÃO

Sala de Recursos Generalista

CRE: Ceilândia

Unidade Escolar: CEF 25 **Telefone:** 3901 -7795

Professores responsáveis: Cíntia Aparecida de S. Lopes **Matrícula SEEDF:** 175619-2
Izabel Cristina

E-mail: cef25@creceilandia.com
srecursoscef25@gmail.com

Turno(s) de atendimento: Matutino e Vespertino

**Projeto** “Vivenciando a Inclusão”

Objetivo Geral: Refletir sobre a prática pedagógica na Sala de Recursos e o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais – Deficientes e Transtornos Globais do Desenvolvimento - no Ensino Regular, complementando e/ou suplementando a formação dos alunos e fazendo com que os mesmos se integrem cada vez mais com a escola, preparando-os para terem mais autonomia, sendo pessoas atuantes e participativas no mundo em que vivemos.

Justificativa: Criar condições necessárias para o desenvolvimento do aluno e para superação de seu próprio limite, a Sala de Recursos foi desenvolvida para cumprir o seu papel no processo inclusivo, considerando que a natureza pedagógica a ela atribuída é a de complementar e/ou suplementar o atendimento educacional realizado em classes regulares. As ações propostas serão integradas com as outras instâncias da escola de acordo com as políticas públicas na área da educação, afirmando assim o princípio constitucional que a educação é um direito de todos e dever do Estado.

Objetivos Específicos	Metas	Ações	Avaliação das Ações	Cronograma	Responsáveis e/ou interlocutores
Identificar as necessidades específicas de cada aluno com deficiência e TGD.	Garantir o acesso e a permanência dos alunos com NEE no ensino regular e sua participação em todas as atividades desenvolvidas na escola.	Realizar registro de observação do aluno nas dependências da escola. Realizar atividade diagnóstica com os alunos. Escrita de registro sobre o acompanhamento.	Observação da participação do aluno nos vários momentos oferecido pela escola.	Bimestral	Professores e alunos do AEE.
Encontro com os professores para esclarecimento sobre o A.E.E.	Atender as necessidades dos professores em relação ao aprendizado e ao encaminhamento das atividades para os alunos com necessidades específicas.	Participar do planejamento dos professores juntamente com a coordenação pedagógica.	Registro das dificuldades e sugestões.	Coordenações Coletivas; Conselhos de Classe.	Professores do Ensino Regular, do AEE e equipe escolar.
Orientar as famílias	Promover a parceria dos	Encontro em grupo ou	Participação da família nos	No decorrer do	AEE e Equipe



acerca das necessidades pedagógicas específicas de seu filho.	pais com a escola e facilitar a inclusão de forma natural.	individual de acordo com a necessidade.	eventos da escola.	ano letivo	escolar
Atendimento do aluno no contra turno na SRM.	Escrita de estudo de caso; Escrita dos planos de A..E.E; Conhecer o aluno; -Desenvolver atividade que possibilite sua acessibilidade.	Propor atividades adaptadas. -Atividades que atenda o desenvolvimento de acordo com a habilidade do aluno; -Orientar o uso adequado do material adaptado.	Registrar o desempenho do aluno na sala no atendimento.	Anual de acordo com o calendário letivo.	Professores do AEE e os alunos atendidos.
Confecção de material adequado.	Elaborar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para que se tenha a plena participação dos alunos considerando suas necessidades.	Adaptar, ampliar, confeccionar de acordo com a necessidade de cada aluno.	Observar e registrar a participação do aluno na sala de aula comum.	Semanal (de acordo com o planejamento)	Professores do AEE
Encontro com a coordenação pedagógica.	Discussão sobre o atendimento, aquisição de materiais e recursos acessíveis.	Avaliação e apresentação dos resultados.	Através dos resultados	Coordenações Coletivas	Professores do Ensino Regular, do AEE e Equipe Pedagógica
Colaborar na revisão da PP juntamente com a equipe Pedagógica.	Institucionalizar a oferta do AEE; Organizar novos conceitos, informações e metodologia de ensinar alunos com NEE.	Prever a organização do AEE. Incluir atividades para os alunos com Necessidades pedagógicas na PP.	Registro (pontos positivos e negativos)	Anual	AEE e Equipe Escolar.



SEEDF/CREC/...



SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
Diretoria de Serviços e Projetos Especiais de Ensino
Gerência de Orientação Educacional

LEVANTAMENTO DE AÇÕES DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

CRE: Regional de Ensino de Ceilândia Escola: Centro de Ensino Fundamental 25 de Ceilândia

Etapa/Modalidade de Escolarização Ofertada: Ensino Fundamental Anos Finais e Educação de Jovens e Adultos

Pedagogo(a) Orientador(a) Educacional:

Aldeane Souza Matrícula:2431068

Jane Rose Ferreira dos Santos Matrícula:242938-1

Patrícia Miranda Chaves dos Santos Matrícula:242929-2

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA
	ED. CIDADANIA E DIRETOS HUMANOS	ED. DIVERSIDADE	ED. SUSTENTABILIDADE		



Acolhimento	X	X	X	Elaboração de material impresso e de vídeos para acolhimento dos estudantes, elaboração de formulário para atendimento dos estudantes via plataforma Google Sala de Aula;	Eixo IV - Ações junto aos estudantes
Acompanhamento Estudantes	X	X	X	Monitoramento da frequência dos estudantes por meio da entrega de atividades (Google sala de aula/material impresso);	Eixo IV - Ações junto aos estudantes
Aprendizagem Emocional	X	X	X	Criação de materiais e vídeos que desenvolvam habilidades socioemocionais;	Eixo IV - Ações junto aos estudantes
Articulação com a rede externa	X	X	X	Estabelecimento de parcerias junto a rede externa para desenvolvimento de ações junto à comunidade escolar;	Eixo VI - Ações em Rede
Articulação de Ações junto ao Serviço de Apoio	X	X	X	Desenvolvimento de ações em conjunto com a sala de recursos/SEAA;	Eixo VI - Ações em Rede
Desenvolvimento de temáticas para os professores	X	X		Desenvolvimento de materiais para acolhimento dos professores;	Eixo III - Ações junto aos professores
Mapeamento Institucional	X			Realização de questionário de mapeamento dos estudantes;	Eixo II - Ações Institucionais
Realização de ações conjuntas com a equipe de Gestão	X			Participação nas reuniões coletivas;	Eixo VI - Ações em Rede
Realização de ações voltadas para a família dos estudantes	X	X	X	Elaboração de materiais para sensibilização da comunidade escolar;	Eixo V - Ações junto às famílias dos estudantes
Rotina de Estudos	X			Elaboração de material impresso e de vídeos sobre rotina de estudos;	Eixo IV - Ações junto aos estudantes
Suporte aos docentes	X			Desenvolvimento de ações de promoção de aprendizagem dos estudantes em parceria com os docentes.	Eixo III - Ações junto aos professores

